

A ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE COM ENFASE NA GESTÃO FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE VOTUPORANGA - SÃO PAULO

ISABELA FAUSTINO FAVALEÇA
JÉSSICA LIBERTI
MARISA APARECIDA FERREIRA

Resumo: Empresas familiares de pequeno porte são negócios que são geralmente de menor escala e geridos por membros de uma mesma família. Essas empresas representam uma das formas mais comuns de empreendimentos ao redor do mundo. Essas pequenas empresas têm um papel fundamental na economia global. Este estudo analisou uma dessas empresas em Votuporanga- São Paulo. Com objetivo de analisar as práticas de administração em empresas familiares de pequeno porte, com vistas a identificar fatores que influenciam sua eficácia e longevidade. A metodologia quanto ao procedimento técnico foi pesquisa bibliográfica, optando por um estudo de caso junto ao setor de prestação de serviços de automóveis, por meio de uma entrevista semi estruturada para realizar o levantamento de como é feita a gestão familiar. Aspectos como tomada de decisão, divisão de tarefas, gestão de conflitos e sucessão foram analisados para fornecer uma visão abrangente dos benefícios e desafios inerentes a esse modelo de gestão. Trata-se de uma empresa de prestação de serviços em veículos leves (carros), da qual abrange as marcas nacionais e importadas, que necessitam de consertos para sua devida utilização. A empresa possui 14 anos. Atualmente, conta com mais de 1.000 (mil) clientes, e seu faturamento mensal, gira em torno de R\$60.000,00 (sessenta mil). Ela administra todas as operações internamente, sem buscar expertise externa, o que pode ser uma limitação significativa. Os resultados demonstram que apesar de seu alicerce ser forte em relação a coesão e a confiança familiar, enfrenta desafios significativos relacionados à centralização na tomada de decisões, sucessão e ausência de profissionalização e governança formal. Discussões com base na teoria da administração de pequenas empresas familiares destacam que, embora a estrutura familiar ofereça alta dedicação e flexibilidade, também pode limitar a inovação e levar a dificuldades na adaptação às mudanças do mercado. No entanto, essa cultura garante um atendimento mais próximo e flexível, porém limita a inovação e dificulta realizar novas adaptações de acordo com às mudanças do mercado. No entanto, destaca-se que habilidade de inovar e se adaptar, mantendo sua essência, é crucial para a longevidade das empresas. O sucesso delas está ligado a um equilíbrio entre as práticas da gestão familiar atual e a adoção de novas práticas, atendendo as técnicas modernas de gestão. Este tipo de gestão apresenta tanto desafios quanto vantagens significativas. Entre as maiores dificuldades estão a possibilidade de conflitos internos, a sobreposição de papéis familiares e profissionais, além de possíveis resistências à adoção de práticas de gestão modernas. Torna-se fundamental investir em capacitação e formação dos familiares envolvidos, para que possam gerir o empreendimento de forma eficiente e inovadora. Revelou um compromisso forte com suas tradições, que são fundamentais para seu êxito. Porém, o avanço da empresa dependerá de como ela conseguirá harmonizar a tradição familiar com as necessidades de uma gestão profissional e inovadora.

1

Palavras-chave: gestão de negócios; gestão familiar, inovação; pequenas empresas.

Referências:

ASSAF Neto, Alexandre. **Administração financeira:** princípios, fundamentos e práticas brasileiras. 12. ed. São Paulo: Atlas. 2019.

BORNIA, Antonio Cezar Borna. Gestão de custos para empresas de pequeno porte e familiares. São Paulo: Atlas, 2018.

DIAS, Sergio Roberto Olguin; CASELLA, José Francisco Salm Junior. **Marketing para pequenas e médias empresas**: como conquistar vantagem competitiva. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier Editora Ltda., 2008.

A APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA AUTORRESPONSABILIDADE EM CASOS DA TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA E A HETEROCOLOCAÇÃO EM PERIGO CONSENTIDO

JULIANA SALES BALESTRIERI
RENATA LACERDA BORGES SCAMATI

Resumo: A heterocolocação em perigo consentido possibilita a análise dogmática para excluir ou atenuar a responsabilidade do agente que, em tese, gerou o resultado danoso, considerando a participação da vítima e sua aceitação na produção da ação. Este trabalho teve como objetivo analisar a responsabilidade penal do sujeito à luz da Teoria da Imputação Objetiva de Claus Roxin, a qual avaliou se o resultado de uma ação era objetivamente atribuível ao agente, levando em conta sua contribuição causal e o desvalor da conduta. Em conexão a isso, também examinou-se a punibilidade daquele que agiu conforme a vontade da vítima, onde a aplicação do princípio da autorresponsabilidade, associado ao da heterocolocação, produziu, em alguns casos, a absolvição do agente. Para abordar o tema foi adotado o método dedutivo, que visou a aplicar princípios legais e teóricos a um caso real brasileiro. Por meio dessa metodologia, buscou-se alcançar uma interpretação detalhada do caso em questão, em busca de compreender o alcance do tipo e uma possível absolvição do agente. Quanto à abordagem do problema, optou-se pela quantitativa, que foi necessária para analisar os fenômenos envolvidos e desenvolver a possibilidade de aplicação da teoria alemã em um caso. O procedimento incluiu pesquisas bibliográficas, com leitura de doutrinas, artigos e monografias, visando a uma análise aprofundada do tema. Assim, a aplicação eficaz do princípio da autorresponsabilidade dependeria da capacidade do sistema jurídico de considerar a responsabilidade individual e a consciência dos riscos por parte dos envolvidos. Dessa maneira, concluiu-se que a participação da vítima em consentir para com o evento danoso, é um fator que deve ser estudado, a fim de compreender a arbitrariedade da imputação do agente e o alcance do poder estatal.

3

Palavras-chave: autocolocação; autorresponsabilidade; imputação objetiva; heterocolocação.

Referências:

BACILA, Carlos Roberto. **Teoria da imputação objetiva no direito penal**. Curitiba: Juruá editora, 2012.

CALLEGARI, André Luís. **Teoria geral do delito e da imputação objetiva**. 3. ed. Porto Alegre: Grupo GEN, 2014. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522488810/>. Acesso em: 22 maio, 2024.

GRECO, Luis. **Um panorama da teoria da imputação objetiva**. 4. ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2014. *E-book*. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7763340/mod_resource/content/0/completo%20GRECO%2C%20Luis.%20Um%20panorama%20da%20teoria%20da%20imputa%C3%A7%C3%A3o%20objetiva.pdf. Acesso em: 21/05/2024.

A ARTE COMO FERRAMENTA NA PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL

LETICIA FERNANDA DE LUCCA
MATEUS RODRIGO RALIO GODOI
RENATA CRISTINA DOMINGOS

Resumo: Dentre suas diversas adaptações ao longo do tempo, a arte se posicionou como um elemento sempre presente na história da humanidade, permeando diversos setores da complexidade do ser humano. Com a formação do mundo atual, essa tese se fragmenta em meio a tantas informações e estímulos que nos envolvem, fazendo com que as manifestações artísticas, muitas vezes, sejam subjugadas e inutilizadas, enquadrando-se em superficialidade. Porém, em meio a essa variedade de situações imediatistas atuais, a arte pode se tornar uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento e a promoção da saúde mental. A partir dessa indagação, o presente artigo objetiva analisar as potencialidades da expressão artística nas complexidades de um indivíduo, gerando sentimentos de bem-estar e, conseqüentemente, promovendo a saúde mental. A metodologia utilizada foi uma revisão narrativa da literatura, com o uso de obras pertinentes ao tema. Foi realizada uma busca complementar em livros e artigos de autores, formulando uma base de estudos diacrônica e colocando em pauta os diálogos apresentados por cada autor. A pesquisa revelou a complexidade da arte e sua importância na interpretação do sujeito. Apresentando diálogos sobre saúde mental e expressão artística, a pesquisa demonstra teses de suma importância, como a sublimação, que desempenha um papel intrínseco na compreensão da arte em relação aos desejos mais profundos do ser humano, descrita por Freud e aperfeiçoada por Lacan e Nasio. Também é destacada a estimulação de pensamentos críticos, que geram diversas interpretações de si, conforme proposto por Fischer em sua obra *A Necessidade da Arte*, além da capacidade das artes no aperfeiçoamento do sujeito em contextos culturais. Em suma, a presente pesquisa demonstra o potencial da arte como uma ferramenta eficaz para a promoção da saúde mental, corroborando a importância de sua integração nas práticas psicoterapêuticas e na construção de uma sociedade mais humana e criativa.

4

Palavras-chave: arte; saúde mental; bem-estar; cultura; psicologia.

Referências:

FISHER, E. **A necessidade da arte**. Tradução por Leandro Conder, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1959.

MADUREIRA, A, F. **Diálogos entre a Psicologia e as Artes Visuais**: as imagens enquanto artefatos culturais. Juruá Editora, 2016.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. Campinas, Papirus Editora, 2007.

TROJAN, R. M. A arte e a humanização do homem: afinal de contas, para que serve a arte? **Educar em Revista**, n. 12, p. 87-96, 1 dez. 1996.

A CONCORDÂNCIA DOS HERDEIROS E SUA INFLUENCIA NO RECONHECIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL POST MORTEM

LETICIA MAINARDI SOUZA
BRUNO HENRIQUE PROCÓPIO SILVA

Resumo: O reconhecimento da união estável post mortem é um mecanismo jurídico que protege os direitos dos parceiros que, embora não tenham formalizado sua união em vida, viveram em uma relação estável e pela constituição de uma família. Assim, o sobrevivente não fica desamparado após a morte do companheiro, garantindo acesso aos direitos e benefícios que lhe são devidos. A partir disso, a presente pesquisa visou a destacar lacunas legais e jurídicas ao que se refere ao reconhecimento da união estável post mortem, contribuindo para a elaboração de propostas. O interesse na investigação do tema abordado pode ser fundamentado na busca pela promoção da justiça social, garantindo que todas as formas de união sejam reconhecidas e protegidas pelo ordenamento jurídico. Ademais, pode contribuir para o debate jurídico, oferecendo argumentos para se estimular a discussão e a sua aplicação prática no conhecimento dos profissionais do direito, agregando valor à sociedade como um todo. O método utilizado no trabalho foi o qualitativo, pois se concentra na compreensão profunda e na interpretação do tema em questão, e os instrumentos a serem utilizados serão bibliografias, a legislação, jurisprudências e artigos científicos. A concordância dos herdeiros na união estável post mortem (após a morte de uma das partes) pode ser considerada como um elemento relevante, mas a aceitação dessa concordância como suficiente para o reconhecimento da união estável pode variar. Vale ressaltar que nem sempre os herdeiros dirão a verdade sobre a existência de uma união estável, justamente, por muitas vezes não concordarem com ela, ou até mesmo por não quererem dividir a sua herança com pessoas que não são familiares. Em muitos sistemas legais, a existência de uma união estável pode ser comprovada por meio de diferentes formas, como a apresentação de evidências de coabitação, compartilhamento de responsabilidades financeiras, comunhão de vida e afeto mútuo. A concordância dos herdeiros pode ser um indício relevante, mas geralmente não é o único critério considerado. Assim, este trabalho visa enriquecer a discussão jurídica, contribuindo para a construção de um sistema que respeite e proteja os vínculos afetivos, assegurando que os direitos do sobrevivente sejam resguardados, independentemente das circunstâncias. O fortalecimento da proteção jurídica das uniões estáveis, tanto em vida quanto após a morte, é fundamental para a valorização das relações familiares contemporâneas e para a promoção de um ordenamento mais justo e inclusivo.

5

Palavras-chave: direito de família; herdeiros; post mortem; união estável.

Referências:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro:** Direito de Família. São Paulo: SRV Editora LTDA, 2024. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621453/>. Acesso em: 29 mai. 2024.

GAGLIANO, Pablo Stolze.; FILHO, Rodolfo Mário Veiga Pamplona. Novo curso de Direito Civil: **Direito de Família**. v. 6. São Paulo: SRV Editora LTDA, 2024. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553629707/>. Acesso em: 29 mai. 2024.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil brasileiro: Direito de Família.** v.6. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628359/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito de Família.** v.5. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649686/>. Acesso em: 29 mai. 2024.

A CONSTELAÇÃO FAMILIAR COMO FORMA ALTERNATIVA DE RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITO NO PROCESSO DE SEPARAÇÃO JUDICIAL

LIDIANE VENANCIO SOARES
CAROL GODOI HAMPARIAM

Resumo: A Constelação Familiar é uma abordagem terapêutica desenvolvida pelo filósofo e terapeuta alemão Bert Hellinger, que se baseia na ideia de que as experiências, emoções e traumas de gerações passadas podem afetar as dinâmicas familiares atuais. Visa a trazer à luz padrões inconscientes para promover compreensão e conseqüentemente acordo mais harmonioso entre as partes envolvidas no processo de separação judicial. Nessa perspectiva, o presente projeto teve como objetivo verificar se a Constelação Familiar vem ou não contribuindo de forma benéfica na resolução consensual de conflito no processo de separação judicial. Ele se justifica, tendo em vista a necessidade de abordagens mais eficazes e humanizadas, pois com o modelo legalista pode ser desgastante emocionalmente e prolongar desnecessariamente o litígio. Para tanto, a metodologia utilizada foi de natureza básico, com método de pesquisa dedutivo-hipotético, pois foram verificadas as abordagens do direito sistêmico e suas técnicas de aplicação da Constelação Familiar na sua forma de tratar os conflitos na separação judicial e a possível validade e benefícios de sua aplicabilidade no âmbito jurídico e uma abordagem qualitativa. Haja vista que o tema ainda é pouco debatido, o procedimento utilizado foi de estudo bibliográfico, com pesquisa em artigos científicos, referências doutrinárias, livros e monografias disponíveis que abordam a temática, tendo como busca da amostragem no Google Acadêmico, revistas e sites jurídicos usando como descritores a Constelação Familiar, Direito Sistêmico, meios alternativos de resolução de conflitos, Direito de Família e separação judicial. Concluiu-se que a aplicação da constelação familiar no contexto da resolução de conflitos durante processos de separação judicial pode representar uma abordagem inovadora e eficaz. Ao direcionar o foco para as relações interpessoais e explorar as questões emocionais subjacentes, essa prática pode proporcionar um ambiente mais acolhedor e empático para as partes envolvidas. Isso pode levar a uma resolução mais satisfatória dos conflitos, uma vez que as necessidades emocionais e psicológicas das partes são consideradas e abordadas de maneira mais completa no que pode resultar em uma resolução mais rápida e harmoniosa dos conflitos decorrentes de processo de separação judicial.

7

Palavras-chave: constelação familiar; direito sistêmico; métodos alternativos; resolução de conflito.

Referências:

BECKENKAMP, Cristine; BRANDT, Fernanda. O direito sistêmico: a aplicação das técnicas de constelações familiares para tratamento dos litígios nas varas de família. In: XVI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 2019. *Anais do [...]*. Universidade de Santa Cruz do Sul: Santa Cruz do Sul, 2019. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/61344371/19650-1192615864-1-PB20191126-80159-1thwkxa-libre.pdf?1574791826=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DO_DIREITO_SISTEMICO_A_APLICACAO_DAS_TECNICAS_DE_CONSTELACOES_FAMILIARES_PARA_TRATAMENTO_DOS_LITIGIOS_NAS_VARAS_DE_FAMILIA.pdf&Expires=1716838831&Signature=XXY8y4mVZIHCS~VXfe79iQRToAhn4xAj-TacYo5lblWQbdymLZVLAgqGtz7LLSSNHQ899x173n~f1-sXS8CHw95usUUFxomqL4VHWCZWLRMRnO-hjhWZIJzX6Omzf40hoZqYZ7NirXrglSG98bJTc86tfa0FGEJCI3VtsQgCXXcfbmtWn9gqqzC

0LU4CK24VBDaKokjv4MTt-
HARSDYV4IR80563iVPbLhbTWuOok08pxO4jGxeh0kOtPrG8sgmVTfoFmM~4Knk604qnb
MciDT7CHv8yjVSL9ISLbIM2SJQNp8QDXjoY39jUsKod-
OV4be0V5Y5aOXYpc8oPATqNQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso
em: 24 de abr. 2023.

CÉSPEDES, Adele Speck Rendón. **A constelação familiar aplicada ao direito brasileiro a partir da lei de mediação.** 2017. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) ; Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/84616594.pdf>. Acesso em: 24 de abr. 2024.

HELLINGER, Bert. **Ordens do amor: um guia para o trabalho com constelações familiares.** Tradução de Newton A. Queiroz. 7 ed. São Paulo: Cultrix, 2014.

SANTOS, Mauriély dos. **O direito sistêmico e o respaldo constitucional para um novo olhar na mediação dos conflitos no âmbito do direito de família.** 2021. 19 f. Artigo Científico (Bacharelado em Direito) - Ânima Educação, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstreams/e7af0269-4f84-490e-8cee-0128455ff294/download>. Acesso em: 09 jan. 2024.

A CONTABILIDADE GERENCIAL E A TOMADA DE DECISÕES

DANATIEL PEREIRA SUNOCHIO
LILIAN BERALDO SANCHES RODRIGUES

Resumo: Entender a relação entre contabilidade e desenvolvimento empresarial é crucial para um gestor de sucesso, pois a gestão depende de informações, dados qualitativos e quantitativos contábeis confiáveis e em tempo hábil. A legislação vigente no Brasil também exige o uso da contabilidade como ferramenta de apuração de impostos e resultados financeiros e o crescimento do mercado e a maior competitividade entre as empresas torna-se fundamental integrar contabilidade e gestão com clareza. O Objetivo deste artigo foi demonstrar que a contabilidade gerencial tem um impacto direto e positivo na tomada de decisões e no gerenciamento organizacional. A metodologia utilizada para o embasamento teórico foi a revisão bibliográfica em livros, artigos e sites específicos da área, além de uma pesquisa de campo para identificar se os profissionais e empresas compreendem o conceito e se usam a contabilidade gerencial como ferramenta de gestão e tomada de decisão. O estudo constatou que a contabilidade gerencial é fundamental na apuração de informações úteis e demonstrativos quantitativos e qualitativos, bem como suas ferramentas são utilizadas para promover uma comunicação eficaz e apoiar o desenvolvimento de estratégias e a tomada de decisões. Conclui-se que a contabilidade gerencial é um pilar estratégico essencial para a tomada de decisões em todos os níveis da organização, desta forma, valorizar o profissional contábil e fortalecer as práticas de contabilidade gerencial são fundamentais para que as organizações não apenas sobrevivam, mas prosperem em um mercado competitivo e em constante transformação.

Palavras-chave: contabilidade; informações; tomada de decisões; resultado.

9

Referências:

- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José C. **Curso de Contabilidade para não contadores**. Rio de Janeiro, RJ: Grupo GEN, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773183/>. Acesso em: 30 out. 2023.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial: da teoria à prática**. São Paulo, SP: Grupo GEN, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024197/>. Acesso em: 27 dez. 2023.
- MARION, José C. **Contabilidade básica**. Barueri SP: Grupo GEN, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773220/>. Acesso em: 21 dez. 2023.
- MOURA, Ivanildo Viana. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 23 out. 2023.

A CONTABILIDADE RURAL E SUA INFLUÊNCIA NO AGRONEGÓCIO

SANDRO JUNIOR
VICTOR IZAIAS ARANTES
DANIELY FIGUEIREDO PUERTA FERREIRA

Resumo: A contabilidade é uma ferramenta essencial que auxilia os empresários no controle financeiro, econômico e patrimonial de suas empresas, proporcionando uma visão clara sobre custos e rentabilidade. No contexto rural, sua importância se destaca ainda mais, pois oferece suporte ao produtor rural em atividades como planejamento, controle e tomada de decisões estratégicas. Através das informações contábeis, o produtor pode gerir custos, identificar os sistemas de produção mais eficientes e modernizar suas operações, garantindo maior sustentabilidade e competitividade no agronegócio. Assim, a contabilidade rural se torna uma ferramenta gerencial indispensável para pequenos, médios e grandes produtores, facilitando o planejamento orçamentário e o desenvolvimento do setor agrícola. Este trabalho tem por objetivo de avaliar a importância da contabilidade rural no agronegócio e sua influência no desempenho das propriedades agrícolas, o quanto uma boa gestão pode fazer o agronegócio fluir e o quanto uma má gestão contábil e financeira pode prejudicar. A metodologia adotada incluiu, a definição de um público-alvo, que foram os produtores rurais de diferentes portes, a partir dessa definição, foi elaborado um questionário, abordando aspectos como a utilização de práticas contábeis, ferramentas e relatórios contábeis, e a percepção sobre a influência da contabilidade no crescimento e gestão da propriedade. Com os dados coletados, analisamos e elaboramos um relatório com os dados obtidos. Os resultados deste trabalho mostraram que, entre os dezoito entrevistados, todos concordam que a utilização da contabilidade rural é essencial para o crescimento da propriedade. O uso de ferramentas contábeis, como balanços, balancetes, demonstrações de resultados e relatórios contábeis, que apresentam os dados econômico-financeiros da propriedade em um determinado período, é fundamental para desenvolver um serviço de qualidade. Conclui-se que o administrador rural deve interagir com as tecnologias e os diferentes setores da propriedade, desde a compra de sementes, implementos e silagem, até as inovações relacionadas ao plantio e à colheita. É crucial que ele mantenha seus conhecimentos técnicos alinhados à contabilidade da propriedade, pois essa disciplina oferece instrumentos e ferramentas essenciais para o gerenciamento do negócio. A contabilidade orienta sobre os caminhos a seguir, ajudando a evitar riscos desnecessários e buscando a lucratividade, o crescimento e a eficácia na gestão do agronegócio.

10

Palavras-chave: contabilidade; planejamento; agronegócio; produtor rural.

Referências:

DAL MAGRO, Cristian Baú *et al.* Contabilidade rural: comparativo na rentabilidade das atividades leiteira e avícola. **Custos e Agronegócios online**, v. 9, n. 1, jan./mar. 2013.

FARIAS, Yonara Brito de. **Percepção dos produtores rurais do município de Serra Branca-PB sobre a utilização da informação contábil no processo de controle e gestão da atividade rural**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Monteiro, 2018.

REIS, Andre Alberto. Contabilidade no agronegócio: um estudo sobre a importância da contabilidade gerencial nas propriedades rurais. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 10, n. 25, p. 45-59, 2016.

SANTOS, João Francsico; ALMEIDA, Paulo Roberto. O uso da contabilidade rural como ferramenta estratégica para a gestão do agronegócio. **Revista Brasileira de Gestão e Negócios**, v. 12, n. 3, p. 78-93, 2017.

A DESCENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL

HAIRRISON RAFAEL DO CARMO TORTELA
EDSON ROBERTO BOGAS GARCIA

Resumo: A descentralização das ações de saúde durante a pandemia de Covid-19 expôs desafios jurídicos sobre a autonomia e a distribuição das atividades que os entes federativos devem observar em emergências, como a ocorrida em 2019. A partir dessa pontuação, o presente trabalho teve como objetivo propor um estudo de como a descentralização impactou a saúde pública durante a pandemia, a partir dos princípios constitucionais da autonomia dos entes federativos. A relevância reside no fato de que, na Constituição Federal, a descentralização faz parte dos princípios fundamentais do sistema político-administrativo do Brasil, sendo essencial para garantir a eficiência da gestão pública e a adequação ao interesse público, entretanto, não se pode afirmar que, por si só, a descentralização trará resultados, isto é, apesar dos princípios da autonomia e da descentralização federativa contribuírem para a eficiência da gestão pública, trata-se de um conceito ainda não plenamente consolidado. A metodologia utilizada foi uma pesquisa de natureza básico-aplicada, com o método dedutivo, levando em consideração o contexto concreto. A pesquisa bibliográfica e o estudo de casos concretos, em acórdãos judiciais encontrados nas bases de dados públicos do Supremo Tribunal Federal, referentes ao biênio 2019-2021, possibilitaram averiguar que a descentralização e a autonomia federativa no Brasil têm o potencial de promover a eficiência na gestão pública. Contudo, a falta de coordenação adequada entre os diferentes níveis de governo pode gerar disparidades. A análise realizada contribuiu não apenas para qualificar o debate sobre os resultados obtidos, como também para subsidiar a formulação de recomendações e diretrizes para futuras intervenções legais e políticas.

12

Palavras-chave: Covid-19; descentralização; distribuição; eficiência.

Referências:

AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. **Governo Bolsonaro:** retrocesso democrático e manipulação política. São Paulo: Grupo Autêntica, 2021. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559280179/>. Acesso em: 01 jun. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 abril. 2024.

CIARLINI, Alvaro Luis de Araujo Sales. **Direito à saúde - paradigmas procedimentais e substanciais da Constituição**. São Paulo: SRV Editora LTDA, 2013. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502197732/>. Acesso em: 03 mai. 2024.

COELHO, Inocêncio Mártires. **Interpretação constitucional**. São Paulo: SRV Editora LTDA, 2011. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502134904/>. Acesso em: 23 março. 2024.

A DIGNIDADE HUMANA NO FIM DA VIDA: ANÁLISE JURÍDICA E BIOÉTICA DA ORTOTANÁSIA, DISTANÁSIA E EUTANÁSIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

MARIA EDUARDA CUENCA STIPP
SILVIA BRANDÃO CUENCA STIPP

Resumo: A relação entre o direito à vida e o princípio da dignidade humana no contexto das práticas de ortotanásia, distanásia e eutanásia gera profundas reflexões jurídicas, bioéticas e sociais no Brasil. O direito à vida é garantido pela Constituição Federal de 1988 como um dos direitos fundamentais, no entanto, ele deve ser ponderado frente ao direito à dignidade humana, também previsto constitucionalmente como um princípio estruturante. No cenário de pacientes em estado terminal, surgem questões delicadas sobre até que ponto a vida deve ser mantida por meios artificiais, se há um direito a uma morte digna e qual o papel do Estado em regulamentar essas práticas. Neste artigo, busca-se analisar como o ordenamento jurídico brasileiro concilia essas questões e quais são os limites éticos e legais das intervenções médicas no processo de morrer. Serão discutidas as proibições relativas à eutanásia, o papel da ortotanásia como prática permitida e a ética que envolve a distanásia, visando entender de que forma o Brasil lida com o fim da vida dentro dos parâmetros jurídicos e éticos atuais. A metodologia usada para estudo do tema foi a revisão de bibliografias e literaturas referente ao direito, à bioética e também ao paliativismo. O ordenamento jurídico brasileiro busca conciliar o direito à vida com o princípio da dignidade humana ao permitir a ortotanásia e reprovar a distanásia, porém mantém a proibição absoluta da eutanásia. Ao analisar o direito comparado, percebe-se que a regulamentação da eutanásia e do suicídio assistido em outros países abriu caminhos para uma discussão mais aprofundada sobre a autonomia e os limites do Estado no controle do corpo e da vida humana. Embora ainda não haja consenso no Brasil sobre a descriminalização dessas práticas, o fortalecimento de medidas como os cuidados paliativos e o testamento vital pode ser um caminho para assegurar que a dignidade humana seja respeitada até o último momento. Logo, o presente artigo concluiu que apesar de bem intencionado, o ordenamento jurídico precisa evoluir em aspectos que garantam maior respeito à autonomia dos pacientes e um melhor entendimento da dignidade no processo de morte, e não apenas na proteção à vida.

13

Palavras-chave: dignidade humana; proteção à vida; eutanásia; ortotanásia.

Referências:

CONSELHO Federal de Medicina. **Código de Ética Médica**. Resolução CFM n.º 2.217/2018. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/images/PDF/cem2019.pdf>. Acesso: 10 out. 2024.

OLIVEIRA, R. A. de; CRUZ, M. L. M. da. A licitude civil da prática da ortotanásia por médico em respeito à vontade livre do paciente. **Revista Bioética**, 2013, v. 21, n.3, p. 405-11. Brasília. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/85szscKmBZFgGqhLqC55xvQ/?format=pdf&lang=pt> Acesso: 9 out. 2024.

PESSINI, L. Vida e morte na UTI: a ética no fio da navalha. **Revista Bioética**, 2016, v. 24, n. 1, p. 54-63. Brasília. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/TZNdxQ5McVJDSTBr7yWvTMS/?format=pdf> Acesso: 10 out. 2024.

STRECK, L. L. *et al.* **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.

A EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EM CONTRATOS DIGITAIS: DESAFIOS E SOLUÇÕES NA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS NO AMBIENTE ONLINE

REBECA BIANCA BARRETO GOMES
RODRIGO SONCINI DE OLIVEIRA GUENA

Resumo: A execução de títulos extrajudiciais em contratos digitais está ganhando destaque no direito atual devido ao aumento das transações online. A criação fácil desses contratos, com validade jurídica, impulsiona as relações comerciais, mas também traz desafios para garantir o cumprimento das obrigações. A recuperação de créditos no meio digital enfrenta desafios como identificar as partes e verificar a autenticidade de documentos. Inovações tecnológicas, como plataformas de penhora online, são sugeridas para superar essas barreiras. Porém, sua eficácia depende da adaptação contínua do sistema jurídico e da cooperação entre agentes financeiros e jurídicos, visando garantir a mesma eficiência dos processos tradicionais. A partir disso, o artigo buscou compreender a garantia da execução de obrigações e a recuperação de créditos em contratos digitais via penhora de ativos digitais, conforme decisões judiciais. A exploração do tema foi necessária para estabelecer diretrizes claras sobre a penhora de ativos digitais, devido à falta de normas específicas que gerou incertezas na execução contratual online. A pesquisa foi básico-aplicada, aplicando método dedutivo e abordagem qualitativa. As análises das decisões foram quinzenais, com utilização das palavras chave "contrato online", "assinatura digital", "execução extrajudicial" e "penhora online". A coleta de dados incluiu revisão bibliográfica de teses, livros e dissertações, além de doutrinas e decisões judiciais. Para garantir a execução eficaz das obrigações contratuais e a recuperação de créditos por meio da penhora de ativos digitais em contratos celebrados no ambiente online, é necessário criar um marco legal específico e atualizado que leve em conta as características e desafios do meio digital, ou adaptar a legislação existente, considerando que contratos online são apenas uma forma de contrato. Além disso, a jurisprudência dos Tribunais é essencial para estabelecer parâmetros e procedimentos claros para a penhora de ativos digitais, sublinhando a importância de alinhar a legislação atual com as decisões judiciais para assegurar uma aplicação justa e eficiente da lei nesse novo contexto.

15

Palavras-chave: assinatura digital; contrato eletrônico; execução extrajudicial; penhora online.

Referências:

LOURENÇO, Haroldo. **Processo Civil sistematizado**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559640133/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

REBOUÇAS, Rodrigo Fernandes. **Contratos eletrônicos**. São Paulo: Grupo Almedina, 2016. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584931057/>. Acesso em: 21 jul. 2024.

TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito Digital e processo eletrônico**. São Paulo: SRV Editora LTDA, 2024. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622344/>. Acesso em: 08 mai. 2024.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Negócio jurídico**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992835/>. Acesso em: 21 jul. 2024.

A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

BEATRIZ STEFANY DE CARVALHO DOS SANTOS
LARISSA SANCHES PREVIATO
DANIELY FIGUEIREDO PUERTA FERREIRA

Resumo: A contabilidade, inicialmente utilizada de maneira rudimentar por civilizações antigas para o controle de riquezas e transações comerciais, passou por uma evolução significativa ao longo dos séculos. Este estudo aborda a evolução da contabilidade desde os primórdios até os dias atuais, destacando os principais marcos históricos que contribuíram para o desenvolvimento das práticas contábeis, como a criação do método das partidas dobradas, atribuído a Luca Pacioli no século XV, e a influência da Revolução Industrial, que impôs novas exigências à contabilidade empresarial. Além disso, são discutidas as transformações recentes, como a globalização e a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), que proporcionaram maior uniformidade e transparência às demonstrações financeiras. O presente trabalho tem como objetivo analisar a evolução da contabilidade ao longo da história, desde suas primeiras manifestações até o contexto contemporâneo. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica, com base em livros, artigos acadêmicos e publicações especializadas. Os resultados evidenciam que a contabilidade se adaptou às demandas econômicas de cada período histórico, evoluindo de um sistema simples de registro para um conjunto complexo de normas e práticas globais. A adoção das IFRS constitui um marco significativo na harmonização dos padrões contábeis, promovendo maior transparência e comparabilidade entre as demonstrações financeiras de empresas ao redor do mundo. Além disso, o crescente uso de tecnologias, como sistemas de automação e inteligência artificial, está transformando a prática contábil. Dessa forma os objetivos propostos no presente trabalho foram alcançados, proporcionando uma compreensão clara da evolução da contabilidade e da importância para as organizações. Conclui-se que os avanços tecnológicos, aliados à crescente exigência por transparência, continuarão a impulsionar inovações no campo contábil, reforçando seu papel crucial na governança corporativa e no processo de tomada de decisões.

17

Palavras-chave: contabilidade; partidas dobradas; evolução; IFRS.

Referências:

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o código civil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002.

FABRICA DE CONTABILIDADE. **Automação contábil**: o que é, como funciona e benefícios. Disponível em: <<https://blog.fabricadecontabilidade.com.br/automacao-contabil>>. Acesso em: 26 de julho de 2024.

JUSBRASIL. **Direito Empresarial** - O conceito de Empresário. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/artigos/direito-empresarial-o-conceito-de-empresario/>. Acesso em: 20 de julho de 2024.

SEBRAE. **Pequenos negócios em números**. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 10 de junho de 2024.

A EVOLUÇÃO DA TECNOLOGIA EM GESTÃO DE PESSOAS: OS BENEFÍCIOS E DESAFIOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM RECURSOS HUMANOS

LAIS CHAMAS MORAES
LUAN VICTOR MORETTI VERSSUTI
MARISA APARECIDA FERREIRA

Resumo: A gestão de pessoas é fundamental para o sucesso e a sustentabilidade de uma organização, pois é responsável por administrar o capital humano, estando diretamente ligada a todas as atividades de administração. A implementação de recursos tecnológicos que auxiliem essa administração, considerando também a importância da Inteligência Artificial (IA) nesse setor, uma vez que essa tecnologia pode otimizar e qualificar processos complexos. A partir disso, o objetivo desse estudo é analisar de forma abrangente o impacto da tecnologia, especialmente da inteligência artificial na área de recursos humanos, buscando compreender como a evolução tecnológica tem influenciado as práticas de gestão de pessoas, identificando os benefícios e desafios trazidos pela implementação da inteligência artificial nesse contexto. A metodologia utilizada para o procedimento técnico foi uma pesquisa bibliográfica, complementada por uma pesquisa de campo. Para isso, foi elaborado um formulário de pesquisa, aplicado por meio do Google Forms, contendo perguntas abertas e de múltipla escolha. O formulário foi enviado por e-mail, e o universo da pesquisa abrangeu empresas da região de Votuporanga-SP. A pesquisa proporcionou um resultado favorável a utilização da IA no âmbito organizacional, sendo analisados os benefícios acarretados e a sua utilização, tais como otimização e automação de processos repetitivos, melhoria na tomada de decisão e redução de custos, mas também desafios, como a resistência a mudança e necessidade de capacitação dos colaboradores para sua utilização eficaz. Desta maneira, identificou que a integração da IA na gestão de pessoas representa uma evolução inevitável e necessária para as organizações no mundo atual. A par disso, estão atrelados desafios que devem ser enfrentados e oportunidades a serem aproveitadas para que assim a organização prospere e o colaborador se desenvolva profissionalmente, construindo essa harmonia entre homem e máquina.

18

Palavras-chave: gestão de pessoas; inteligência artificial; organizações; tecnologia.

Referências:

DIAS, Guilherme. **Tecnologia no rh:** veja a sua evolução, importância e impactos. Gupy blog, Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.gupy.io/blog/tecnologia-no-rh-evolucao>. Acesso em 10 fev. 2024

FLORES, Márcio José.; BESS, Alexandre Leal. **Inteligência artificial aplicada a negócios.** Curitiba: Editora Intersaberes, 2023.

IANSITI, Marco.; LAKHANI, Karim. **A era da inteligência artificial:** como a transformação digital impõe novos desafios e soluções para os negócios de sucesso. São Paulo: Editora AlfaCon, 2021.

RUSSEL, Stuart. **Inteligência artificial ao nosso favor:** como manter o controle sobre a tecnologia. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

A GESTÃO DE PROVAS E OS LIMITES DA INICIATIVA PROBATÓRIA DE OFÍCIO PELO JUIZ SOB O VIÉS DO SISTEMA ACUSATÓRIO

TATIANE REMEDI DE SOUZA
RENATA LACERDA BORGES SCAMATI

Resumo: O presente trabalho abordou a gestão das provas no processo penal, destacando que essa é uma das funções mais importantes do juiz, pois cabe a ele garantir que a verdade dos fatos seja apurada de maneira justa e imparcial. No sistema acusatório, esse dever é compartilhado com as partes, que têm o ônus de produzir as provas necessárias para comprovar seus argumentos. No entanto, o juiz também pode, de ofício, determinar a produção de provas, sem requerimento. Essa questão gera debates no contexto do sistema acusatório, pois pode ser vista como uma violação ao princípio da imparcialidade. Ao assumir um papel ativo na coleta de provas, o magistrado pode comprometer sua neutralidade. Para mitigar esse risco, a produção de provas de ofício deve ser utilizada de forma excepcional e complementar às provas apresentadas pelas partes. O juiz deve limitar sua intervenção apenas para suprir lacunas da instrução, sem substituir as partes nesse papel. O trabalho utilizou o método dedutivo, baseado em uma análise da Constituição Federal, do Direito Penal e do Direito Processual Penal. Para a condução da pesquisa, foram empregados métodos como o histórico, para entender a "ratio legis" do objeto de estudo; o dogmático-jurídico, para examinar e aplicar as normas pertinentes; a hermenêutica, destacando a importância da interpretação dos juristas; o doutrinário, com base nas opiniões dos estudiosos do tema; e o jurisprudencial, considerando decisões judiciais relevantes sobre o assunto. Conclui-se que a gestão das provas pelo juiz deve ser pautada pela cautela e pelo respeito aos princípios do sistema acusatório, preservando sua imparcialidade e garantindo um processo justo. A produção de provas de ofício deve ser encarada como medida excepcional, evitando que o magistrado ultrapasse seu papel de garantidor da justiça para o de investigador.

19

Palavras-chave: processo penal; gestão das provas; poderes do juiz; sistema acusatório.

Referências:

AVENA, Norberto. **Processo Penal**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647774/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

BONFIM, Edilson M. **Curso de processo penal**. São Paulo: Editora Saraiva, 2024. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620852/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626072/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

CAPEZ, Fernando. Sistema acusatório e garantias do processo penal. **Conjur**. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-out-07/controversias-juridicas-sistema-acusatorio-garantias-processo-penal/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

A HIPERVULNERABILIDADE FINANCEIRA NA PESSOA DO IDOSO: DESAFIOS E PROTEÇÃO LEGAL

SANDRA REGINA MOURA DE OLIVEIRA
EDSON ROBERTO BOGAS GARCIA

Resumo: A população idosa está crescendo em todo o mundo e, junto a esse aumento, surgem desafios significativos concernentes à sua proteção financeira. A hipervulnerabilidade financeira dessa população apresenta uma série de consequências negativas, tanto para os próprios indivíduos como para toda a sociedade. Por isso, é fundamental entender e abordar essa questão, com o fito de proteger esses indivíduos de práticas sucessivas de assédio econômico por intermédio das instituições financeiras. A partir dessa premissa, o presente trabalho teve como objetivo analisar a hipervulnerabilidade financeira da população idosa e os impactos do assédio econômico sofridos por ela. Para tanto, utilizaram-se fontes bibliográficas, tais como livros, artigos científicos e compêndios doutrinários. A investigação foi desenvolvida mediante a aplicação da metodologia indutiva-quantitativa, em conjunto com uma coleta de dados jurisprudenciais para compreender a frequência e a extensão do assédio a que é submetida, haja vista que, hodiernamente, têm-se uma alta oferta de empréstimos consignados. Conclui-se que essa crescente vulnerabilidade, exacerbada por práticas de assédio, requer uma atenção urgente e ações coordenadas por parte de diversos setores da sociedade. No contexto da alta oferta de empréstimos consignados, revela-se a necessidade de políticas públicas e intervenções mais eficazes. Portanto, com base nos dados e análises apresentados, espera-se que legisladores possam utilizar essas informações para promover uma proteção legal mais robusta, visando a assegurar o bem-estar financeiro e emocional dos idosos.

Palavras-chave: pessoa idosa; assédio econômico; desafios; proteção legal.

Referências:

ALARCON, Miriam Fernanda Sanches. *et al.* Violência financeira: circunstâncias da ocorrência contra idosos. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 22, n. 6, p. 1-11, jan. 2020. Disponível em: https://old.scielo.br/pdf/rbgg/v22n6/pt_1809-9823-rbgg-22-06-e190182.pdf. Acesso em: 16 set. 2022.

ALMEIDA, Pedro Paulo Lorenzoni. Superendividamento do consumidor idoso: uma análise jurídoco-social sobre a prevenção e tratamento à luz da Lei 14.181 de 2021. **Conteúdo Jurídico**, 2022. Disponível em: <https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/58693>. Acesso em: 16 set. 2024.

BARBOSA, Fernanda Nunes; MARQUES, Cláudia Lima. A proteção dispensada à pessoa idosa pelo direito consumerista é suficiente como uma intervenção reequilibradora? **Civilistica.com**, Rio de Janeiro, a. 8, n. 1, 2019. Disponível em: <http://civilistica.com/a-protecao-dispensada-a-pessoa-idosa/>. Acesso em: 15 set. 2024.

FERNANDES, Maria das Graças Melo. Vulnerabilidade da pessoa idosa: análise conceitual. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 72, supl. 2, p. 337-344, 2019.

A IMPLEMENTAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS OPERAÇÕES INDUSTRIAIS NO BRASIL

GUILHERME VIEIRA SANDOVAL
THIAGO DAVID IVALDI
BRUNO VENANCIO DE SOUZA

Resumo: O avanço tecnológico dos últimos anos tem proporcionado às indústrias avanços e modernização, sistematizando seus processos e implementando a inteligência artificial (IA). A IA consiste em uma tecnologia capaz de simular estruturas do cérebro humano capaz de realizar atividades semelhantes àquelas realizadas pelo homem. O objetivo da pesquisa foi realizar uma análise da IA no mundo das operações industriais brasileiras e como as evoluções podem contribuir para aprimorar e ajudar no desenvolvimento das empresas. A metodologia utilizada foi a qualitativa, de raciocínio dedutivo, aprofundando, posteriormente, em uma análise específica sobre o assunto através da pesquisa bibliográfica, no intuito de identificar as perspectivas para o futuro no Brasil e os ganhos e os impasses decorrentes da utilização da IA na indústria nacional. A pesquisa identificou que a IA tem grande potencial de geração de empregos e aumento de produtividade, sendo necessário desenvolver novas habilidades técnicas e sócio emocionais nos trabalhadores para que desempenhem as novas ocupações, na medida em que a IA automatiza tarefas físicas. Assim, concluiu-se a necessidade de haver a coordenação de diversos setores e segmentos da sociedade para qualificação profissional a fim de que todos se beneficiem com a indústria 4.0. No Brasil, as perspectivas da IA incluem o aumento da eficiência em setores como agricultura, saúde e indústria, além de impulsionar a inovação e a competitividade das empresas, a fim de formar uma força de trabalho qualificada que aproveite as tecnologias emergentes, promovendo um crescimento sustentável e inclusivo.

21

Palavras-chave: inteligência artificial; sistemas inteligentes; indústria 4.0; revolução industrial.

Referências:

CARVALHO, Gustavo Pilon. Inteligência artificial e as perspectivas do mundo do trabalho. **Repositório da Ânima**, 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/837dc0ec-0a95-4c87-9291-8a5549815200>. Acesso em: 03 jan. 2024.

KUBOTA, Luis Claudio; ROSA, Maurício Benedeti. **Inteligência artificial no Brasil: Adoção, Produção Científica E Regulamentação**. Ipea, 2024. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/13128/1/Digitalizacao_e_tecnologias_Capitulo_1.pdf. Acesso em: 06 set 2024.

PACETE, Luiz Gustavo. Google lista os desafios da inteligência artificial no Brasil. **Forbes**, 2022. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2022/10/google-lista-os-desafios-da-inteligencia-artificial-no-brasil/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

PEREIRA, Keith Anny Borges. **Um estudo sobre o uso da inteligência artificial nas empresas**. 2021. Disponível em: https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/5989/2/TCC_KeithAnnyPereira.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023

A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE PARTO E A INFLUÊNCIA NA RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO DURANTE O PROCESSO DE PARTO

ANA CAROLINE RODRIGUES DA SILVA
ANA CLAUDIA MUNIZ
WALTER FRANCISCO SAMPAIO NETO

Resumo: O plano de parto é um documento de suma importância para a segurança efetiva da parturiente e do bebê, o qual viabiliza o exercício da autonomia da mulher, não só no processo de parturição como perante do seu próprio corpo. Através do mesmo documento é possível reduzir o risco da violência obstétrica ao identificar a responsabilidade do médico. Diante dessas prerrogativas, a presente pesquisa tem como objetivo averiguar se o plano de parto influencia a responsabilidade dos agentes de saúde durante o processo do parto. O método aplicado na pesquisa foi o indutivo, sendo realizada pesquisa documental com abordagens bibliográficas, doutrinárias e legislativas. Foram utilizados métodos de procedimento comparativo, hermenêutico e dogmático jurídico. A pesquisa bibliográfica examinou estudos e publicações relacionadas ao plano de parto, parto humanizado, autonomia da paciente e responsabilidade médica perante a lei. Bem como, a inspeção doutrinária avaliou as opiniões de especialistas no campo da medicina e do direito médico. Por viés da presente obra, foi possível verificar a essencialidade da aplicação do plano de parto nessa fase gestacional da parturiente, pois, além dos riscos serem solucionados de forma mais precisa, é mais nítido a responsabilidade dos agentes da saúde, sendo estes devidamente responsabilizados em caso de negligência. A pesquisa concluiu que caso o médico opte por não seguir o plano de parto, mesmo sendo plenamente viável e sem apresentar justificativa para tal recusa, ele poderá ser responsabilizado civilmente, demonstrando-se sua culpa por negligência, imprudência ou imperícia, sendo-lhe imposto o dever de indenizar. Em mesmo sentido poderá incorrer em responsabilidade penal caso pratique lesão corporal decorrente de sua conduta, assim é a pesquisa foi fundamental ao proporcionar informações relevantes sobre os benefícios do Plano de Parto, incentivando futuras gestantes a utilizarem este documento para se resguardarem em todo o período gestacional.

22

Palavras-chave: plano de parto; responsabilidade médica; violência obstétrica; lei.

Referências:

CASTRO, Bruna Ferreira Matos. **A violência obstétrica no ordenamento jurídico brasileiro comparado com os países da América Latina**. 2022. 29 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br>.

SILVA, Carlos Henrique M.; LARANJEIRA, Cláudia Lourdes S.; OSANAN, Gabriel C. **Manual SOGIMIG** - assistência ao parto e puerpério. Rio de Janeiro: MedBokk Editora, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786557830116/>. Acesso em: 17 out. 2024.

TARTUCE, Flávio. **Responsabilidade civil**. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559647910/>. Acesso em: 17 out. 2024.

ZUGAIB, Marcelo; FRANCISCO, Rossana Pulcineli V. Zugaib. **Obstetrícia**. 4. ed. Barueri, SP: Editora Manole, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br>. Acesso em: 05 out. 2023.

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NO DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO NO SETOR PRIMÁRIO COM ÊNFASE NA AGRICULTURA

GABRIELY HONÓRIO GARETI
NATALIA CASIMIRO DORTI
YOSCHIMI OKA

Resumo: A Agricultura é uma atividade econômica pertencente ao setor primário, que consiste no cultivo de vegetais que irão servir de matéria-prima para as indústrias, para alimentação humana e de animais, além de gerar empregos e servir como subsistência para alguns pequenos produtores, sendo considerada de suma importância socioeconômica. O Objetivo do trabalho foi demonstrar como a contabilidade pode ser uma ferramenta útil para o desenvolvimento do negócio agrícola através dos seus demonstrativos contábeis sendo utilizados como ferramentas de gestão, para fins de tomada de decisão. A metodologia empregada foi uma revisão de literatura e pesquisa bibliográfica, com leitura de obras relacionadas ao tema. A pesquisa verificou os tipos de demonstrativos contábeis possíveis para serem utilizados no negócio como ferramenta da gestão, comprovando-se então que com a orientação de um bom profissional contábil, pode-se alavancar o agronegócio obtendo valiosos resultados. Concluindo-se que para uma boa gestão do agronegócio os demonstrativos contábeis são essenciais, fornecendo informações para tomadas de decisões assim contribuindo com seu desenvolvimento.

Palavras-chave: contabilidade; contabilidade do agronegócio; contabilidade agrícola; contabilidade de ativos biológicos.

Referências:

BRITO, Antonia Jairi. **Contabilidade do agronegócio**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018. Disponível em: http://cm-klcontent.s3.amazonaws.com/201801/INTERATIVAS_2_0/CONTABILIDADE_DO_AGRONEGOCIO/U1/LIVRO_UNICO.pdf. Acesso em: 18 mar. 2024.

ENAP - **Demonstrações contábeis e notas explicativas exercício 2021**. Brasília/DF. Disponível em: https://enap.gov.br/media_files/documentos/Arquivos/Demonstra%C3%A7%C3%B5es_Contabeis.pdf. Acesso em: 8 mar. 2024.

MARION, José Carlos. **Contabilidade rural - Agrícola, Pecuária e Imposto de Renda**. Barueri: Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788597024210. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024210/>. Acesso em: 27 abr. 2024.

RODRIGUES, Aldenir Ortiz; BUSCH, Cleber Marcel; GARCIA, Edino Ribeiro. **Contabilidade rural**. 5. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 28 jul. 2024.

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PÚBLICA, DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 NO ESTADO DE SÃO PAULO

OLÍVIA MAYRA BUENO DE OLIVEIRA
BRUNA OLIVEIRA CASSIA
DANIELY FIGUEIREDO PUERTA FERREIRA

Resumo: No Estado de São Paulo, a contabilidade pública desempenhou um papel crucial no contexto da pandemia da COVID-19, garantindo a organização e gestão dos gastos públicos, além de promover a transparência para a população sobre o uso dos recursos. Este estudo analisa a relevância da contabilidade pública durante a pandemia no Estado de São Paulo, explorando os desafios enfrentados e as medidas tomadas pelo governo para mitigar os impactos da crise. A pesquisa, de natureza descritiva, baseia-se em revisão bibliográfica, análise de normas e legislações, e consulta a documentos oficiais disponíveis nos portais de transparência do governo. A pesquisa demonstra que a contabilidade pública foi fundamental para a gestão e o controle dos recursos financeiros, auxiliando na tomada de decisões estratégicas para enfrentar os obstáculos impostos pela pandemia. A análise destaca a importância da contabilidade pública como ferramenta para garantir a transparência e o acompanhamento das ações governamentais, promovendo a participação da população no controle dos gastos públicos. O estudo conclui que a contabilidade pública é um instrumento essencial para o desenvolvimento de uma sociedade democrática e solidária, especialmente em momentos de crise. A transparência e a participação da população são elementos cruciais para a gestão eficiente e responsável dos recursos públicos, garantindo que os investimentos realizados atendam às necessidades da sociedade e contribuam para a superação dos desafios enfrentados.

Palavras-chave: contabilidade pública; pandemia; covid-19; administração pública; gestão.

Referências:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Economia. **Impacto fiscal das medidas de enfrentamento à Covid-19 foi de R\$ 549,8 bilhões em 2020**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/impacto-fiscal-das-medidas-de-enfrentamento-a-covid-19-foi-de-r-549-8-bilhoes-em-2020>. Acesso em: 25 jan. 2024.

FAGUNDES, Álvaro; FELÍCIO, César; SCIARRETTA, Toni. **A economia na pandemia: marcas da pandemia. marcas da pandemia**. 18/02/2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/coronavirus/a-economia-na-pandemia/>. Acesso em: 05 abr. 2024.

SÃO PAULO. **Perguntas Frequentes**: SP Acolhe. 2021. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/perguntas-frequentes-sp-acolhe/>. Acesso em: 02 abr. 2024.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS

DEYDIANE NEVES FERNANDES DA SILVA
ALEFF ESPINOSA MATHIAS
BRUNO VENANCIO DE SOUZA

Resumo: A educação financeira ganhou destaque no Brasil e no mundo, e busca garantir uma vida tranquila e consciente. No Brasil, historicamente marcada por uma economia que varia muito, houve uma necessidade crescente de ensinar finanças desde cedo. Muitos pais evitaram envolver crianças nesse tema, não acreditando em um impacto no futuro. No entanto, aprender a gerenciar o dinheiro é essencial para alcançar estabilidade financeira. Os objetivos do estudo foram analisar a importância da educação financeira nas escolas e sua influência na formação de cidadãos conscientes. Além disso, buscou mostrar a importância de abordar a educação financeira desde a infância para promover a estabilidade financeira e reduzir a desigualdade social no Brasil. A metodologia de estudo utilizada foi um estudo de caso com base em pesquisa de coleta de dados qualitativa, com análise de conteúdo das respostas dos entrevistados sobre educação financeira, com um instrumento de coleta específico. A pesquisa incluiu questionários para avaliar o entendimento e a relevância do tema, buscando compreender as vivências dos participantes de forma aprofundada. Os resultados da pesquisa revelaram que a falta de iniciativas efetivas nas escolas e nas famílias ainda representa um desafio para a formação de pessoas financeiramente conscientes, o que destaca a necessidade de ações educativas. Embora a maioria dos entrevistados reconhecesse a importância da educação financeira desde a infância, pouco foi feito para mudar. Concluiu-se que a educação financeira é essencial para capacitar cidadãos na gestão eficaz de suas finanças. Apesar do interesse da população, poucas ações foram realizadas no Brasil, especialmente em temas como investimentos, o que reforça a necessidade de mais pesquisas e iniciativas educacionais.

26

Palavras-chave: educação; economia; finanças; investimentos.

Referências:

BRASIL. **Educação financeira nas escolas:** ensino médio. Brasília: Comitê Nacional de Educação Financeira, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco2014-pdf/15361-aluno-caderno01-2014>. Acesso em: 17 jul. 2024.

CERBASI, Gustavo. **Pais inteligentes enriquecem seus filhos.** 2 ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

D'AQUINO, Cássia. **Educação financeira:** como educar seus filhos. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

MANFREDINI, Andreza Maria Neves. **Pais e filhos:** um estudo da educação financeira em famílias na fase de aquisição. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) ; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL NAS EMPRESAS SEM FINS LUCRATIVOS

MARIANA LEHN DOS SANTOS
HIAGO GABRIEL DAZZI CORREA
DANIELY FIGUEIREDO PUERTA FERREIRA

Resumo: Entidades sem fins lucrativos, apesar de não buscarem lucro financeiro, necessitam de um sistema de gestão financeira eficaz. Esse sistema é fundamental para organizar dados e centralizar informações essenciais, como receitas, despesas, doações e pagamentos. A implementação de uma gestão financeira robusta garante transparência na prestação de contas e proporciona relatórios contábeis ágeis e precisos. Isso permite a identificação de fragilidades e a prevenção de problemas em diferentes horizontes temporais, comprovando a origem e a aplicação dos recursos envolvidos nas atividades da entidade. A partir dessa proposição, o objetivo do artigo foi investigar a indispensabilidade da análise financeira nas tomadas de decisões em entidades sem fins lucrativos, evidenciando as características dessas organizações e demonstrando como a análise financeira influencia as decisões e os benefícios que podem ser obtidos através da adoção desse método gerencial. A metodologia utilizada fora uma pesquisa bibliográfica, com um enfoque descritivo e qualitativo. Através dessa abordagem, compreendeu-se a relevância da análise financeira nas entidades sem fins lucrativos e como essa prática pode impactar suas operações e decisões. A pesquisa revelou que a análise financeira é crucial para as entidades sem fins lucrativos, pois permite uma visão clara sobre a saúde financeira da organização. Isso contribui para uma melhor tomada de decisão, assegurando a transparência e a eficiência na gestão dos recursos, além de facilitar a identificação de áreas que necessitam de melhorias. Dessa forma, concluiu-se que a análise financeira é indispensável para o sucesso das entidades sem fins lucrativos, pois proporciona uma base sólida para a tomada de decisões, assegurando a continuidade e a eficácia de suas atividades. A adoção de práticas gerenciais financeiras efetivas se mostrou um caminho promissor para fortalecer a operação dessas organizações e garantir a confiança de seus stakeholders.

27

Palavras-chave: gestão financeira; benefícios; transparência.

Referências:

AMPLIAR SECOVI-SP. **Associação sem fins lucrativos ou organização social?** São a mesma coisa? Disponível em: <https://ampliar.org.br/associacao-ou-organizacao-social/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

AQUINO, Leonardo Gomes de. **Curso de direito empresarial:** teoria da empresa e direito societário. Brasília: Editora Kiron, 2015.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Novo manual de direito comercial:** direito de empresa. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. 447 p.